

Burguesia Industrial e a “Agenda de Desenvolvimento” para o Rio Grande do Sul durante a década de 1990.

Marco André Cadoná

UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul. Email: marco14cadona@hotmail.com

1. Introdução:

Durante a década de 1990, num contexto de reestruturação neoliberal do capitalismo no Brasil, os principais governos estaduais do País tiveram significativa participação na definição de estratégias de desenvolvimento, mas, principalmente, de inserção de seus respectivos territórios na disputa pelos fluxos de investimentos privados realizados no País.

A análise apresentada neste artigo contempla a participação política da burguesia industrial naquele contexto conflituoso que se caracterizou no Rio Grande do Sul. Ao investigar a participação política da FIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul) nas eleições estaduais de 1998, procura-se desvendar o projeto político de desenvolvimento subnacional que a burguesia industrial defendeu para o Rio Grande do Sul num momento em que, em nível nacional, a reorientação neoliberal do capitalismo brasileiro, ao mesmo tempo em que garantia maior estabilidade econômica, promovia ampla abertura na economia do País, comprometia a capacidade estruturante do Estado nacional e apostava nas vicissitudes do mercado e das regiões para estimular o desenvolvimento econômico.

Mais do que um registro histórico daquele processo político e dos posicionamentos da mais importante instituição de representação dos interesses de classe da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, pretende-se contribuir para a análise de duas questões importantes na bibliografia existente sobre a participação política da burguesia industrial na dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil: sua capacidade de atuação enquanto força social e coletivamente organizada e sua participação política na definição de agendas de desenvolvimento, no caso uma agenda de desenvolvimento subnacional.

2. A “rearquitetura do Rio Grande do Sul”: a agenda de desenvolvimento da burguesia industrial nas eleições estaduais de 1998.

As eleições que escolheram o governador para o período entre 1999 e 2002 constituíram um fato político de grande importância para o Rio Grande do Sul. Afinal, enquanto esteve à frente do executivo gaúcho, Antônio Britto (1995 – 1998) executou, com amplo apoio na Assembleia Legislativa, reformas importantes e impactantes no estado, como, por exemplo, a privatização de estatais, a concessão de serviços públicos à iniciativa privada, um programa de incentivo à demissão de funcionários públicos; além disso, durante seu governo, duas grandes empresas multinacionais (Ford e General Motors) receberam subsídios estaduais para a instalação de fábricas no território sul-rio-grandense.

Em 1998, contando com uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, que garantiu ao Presidente da República e aos Governadores o direito de concorrerem à reeleição, Antônio Britto se candidatou visando dar continuidade ao projeto político que vinha executando no Rio Grande do Sul. E a possibilidade de sua reeleição se constituiu num elemento mobilizador da ação política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul.

Ainda em 1994, a FIERGS elaborou um “programa de governo” (*Projeto FIERGS/Novo Governo do RGS*) que foi apresentado e debatido com os quatro principais candidatos ao executivo gaúcho: Sereno Chaise (PDT – Partido Democrático Trabalhista), Celso Bernardi (PPB – Partido Progressista Brasileiro), Olívio Dutra (PT) e Antônio Britto (PMDB). Naquele documento, a entidade propôs uma agenda de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul baseada no pressuposto da “competitividade sistêmica”, a partir do qual sugeria que a competitividade das empresas privadas localizadas no território sul-rio-grandense, além de “fatores internos” (como, por exemplo, o espírito empreendedor, a capacidade gerencial e de investimento, a capacidade de inovação tecnológica e organizacional, os níveis de produtividade alcançados etc.), vinculava-se diretamente aos “fatores externos”, consubstanciados nas condições governamentais (incentivo aos investimentos privados, infraestrutura, aporte tecnológico e organizacional, investimentos em educação profissional etc.) que o espaço subnacional poderia proporcionar (FIERGS, 1994).

Coerente com aquela visão, as lideranças da FIERGS defenderam, junto aos candidatos ao executivo estadual, o compromisso político com uma gestão pública

pautada por princípios adotados pelas empresas privadas (adoção de padrões gerenciais utilizados pelas empresas privadas nas instituições públicas), a privatização de empresas estatais e a concessão de serviços públicos para a iniciativa privada, a transferência de serviços estaduais para os municípios (municipalização), uma maior parceria com a iniciativa privada, a simplificação, a flexibilização e “boa aplicação” dos tributos, o desenvolvimento de políticas de incentivo e de atração às empresas privadas (FIERGS, 1994).

Em 1998, portanto, a avaliação positiva das lideranças da burguesia industrial em relação ao governo de Antônio Britto era decorrente da sintonia alcançada entre aquele governo e as expectativas hegemônicas da burguesia industrial quanto à atuação do Estado em sua esfera subnacional. Sintonia, aliás, que ficou consolidada no novo documento que a FIERGS elaborou em preparação para as eleições estaduais de 1998, num amplo processo de discussão com entidades representativas da burguesia gaúcha (tanto no interior quanto na região metropolitana de Porto Alegre), denominado *A rearquitectura do Rio Grande do Sul – garantindo o futuro* (FIERGS, 1998).

De forma detalhada, o documento de 1998 avaliou os “resultados alcançados” pelo governo Britto, tomando como parâmetro o conjunto de propostas apresentadas pela FIERGS aos candidatos ao governo do estado em 1994, destacando os avanços alcançados durante a gestão de Antônio Britto no governo (FIERGS, 1998).

Visualizado, portanto, como um governo afinado com os seus interesses de classe, as lideranças da burguesia industrial procuraram garantir a continuidade do governo de Antônio Britto. Colocava-se, nessa decisão, uma questão importante no posicionamento da FIERGS em relação às eleições de 1998: a entidade se posicionou em favor de um candidato ainda no primeiro turno das eleições. A partir desse posicionamento, suas lideranças organizaram um amplo debate, em várias cidades do interior e na região metropolitana de Porto Alegre, envolvendo industriais, comerciantes, profissionais liberais (FIERGS, 1998).

O resultado do primeiro turno das eleições, que indicou Antônio Britto e Olívio Dutra para a disputa de segundo turno, tornou a opção política hegemônica da burguesia industrial ainda mais clara. Antônio Britto, como já indicado, era um candidato que, durante o seu próprio governo, executou um projeto político muito afinado com os interesses de classe hegemônicos entre a burguesia industrial naquela conjuntura. Era, inclusive, um candidato que já tinha dado demonstrações de quanto se identificava com tais interesses de classe. Olívio Dutra, por outro lado, não somente despertava

desconfianças, como, em 1998, representava uma ameaça à realização de demandas importantes da burguesia industrial no Rio Grande do Sul. Sua candidatura estava vinculada ao um partido político que, com o apoio de um conjunto de forças sociais e políticas, desde o processo de “redemocratização da sociedade brasileira”, esteve à frente de movimentos políticos favoráveis à ampliação de direitos sociais e trabalhistas à redefinição dos padrões de distribuição dos benefícios sociais e econômicos do desenvolvimento do capitalismo no País. Esses compromissos históricos resultaram num programa político, apresentado para a sociedade gaúcha em 1998, que defendia, por exemplo, uma reforma agrária (dentro dos limites da Constituição e dos recursos financeiros estaduais disponíveis), uma maior participação popular nas decisões do executivo estadual (através do orçamento participativo), a prioridade da pequena agricultura familiar e das pequenas e médias empresas na política de desenvolvimento, o rompimento com a orientação neoliberal na gestão pública. Nessa direção, inclusive, Olívio Dutra não se comprometeu com reformas privatizantes, nem com o apoio estatal, através de financiamentos e renúncias fiscais, a grandes investimentos privados, nem com a guerra fiscal que ocorria no período entre diferentes estados brasileiros.

Frente à possibilidade de Olívio Dutra vencer o segundo turno daquelas eleições, a FIERGS organizou (no período entre o primeiro e o segundo turnos) uma ampla mobilização, em todo o território gaúcho, defendendo a reeleição de Antônio Britto. Num “roteiro de mobilização” denominado “Vamos garantir o futuro”, lideranças industriais estiveram palestrando e debatendo em várias cidades do interior gaúcho, tais como Pelotas, Rio Grande, Passo Fundo, Ijuí, Santa Cruz do Sul, Bagé, Santo Ângelo, enquanto que com os empresários da região metropolitana de Porto Alegre esses debates foram realizados na sede da entidade. Nos encontros realizados (contando, alguns deles, com a participação de representantes políticos diretamente vinculados ao governo Britto), as lideranças conclamavam aos presentes um empenho na defesa da reeleição de Antônio Britto.

O resultado do segundo turno das eleições para o governo gaúcho não foi favorável ao candidato à reeleição, Antônio Britto. A reação dos dirigentes da FIERGS em relação ao resultado das eleições foi de reconhecimento da legitimidade na eleição de Olívio Dutra e de não reconhecimento da legitimidade do projeto político por ele defendido. Com algumas manifestações exaltadas, como a do industrial Renan Proença que, já na condição de futuro presidente da FIERGS, defendeu a formação de um governo paralelo, as lideranças políticas da burguesia industrial cobraram de Olívio

Dutra um respeito às propostas apresentadas no documento *A reestruturação do Rio Grande do Sul* – garantindo o futuro (FIERGS, 1999a).

Sob o ponto de vista dos posicionamentos políticos da burguesia industrial nas eleições de 1998, eles foram sintetizados no documento *A reestruturação do Rio Grande do Sul – construindo o futuro* e organizados em 42 propostas, contemplando as áreas de gestão e qualidade, política fiscal, gasto público, política industrial, desenvolvimento regional, programas sociais, desenvolvimento tecnológico e meio ambiente. Em seu conjunto, as propostas defendidas pela burguesia industrial definiram uma agenda de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul, estruturada sobre cinco temas centrais: 1 – a competitividade da economia gaúcha num contexto de mundialização do capital; 2 – a reestruturação produtiva das empresas gaúchas; 3 – o papel da esfera estadual do Estado na promoção do desenvolvimento; 4 - a inserção competitiva do Rio Grande do Sul no circuito de investimentos nacionais e internacionais; 5 – a questão social.

Em relação à *competitividade da economia gaúcha num contexto de mundialização do capital*, ainda durante a década de 1980 havia um posicionamento favorável a uma maior inserção da economia brasileira no processo de “globalização econômica”. Essa postura política era evidenciada, por exemplo, nos posicionamentos da FIERGS em relação ao MERCOSUL: desde aquela época, a entidade manifestava-se “favorável” ao processo integrativo, ainda que com “restrições” (FIERGS, 1992).

Já era hegemônica, portanto, a posição segundo a qual a integração econômica com outros mercados era um “processo irreversível”, situando-se num cenário de reestruturação do capitalismo em nível mundial e que, num quadro de mudanças históricas, como se desenhava durante a década de 1980, era necessário que indústrias e entidades representativas dos interesses industriais se preparassem, perseguindo níveis superiores de qualidade, produtividade e de competitividade no mercado.

Isso não implicava, evidentemente, abandono de concepções protecionistas. Antes, pelo contrário, sempre se defendeu a proteção das empresas privadas e, mais do que isso, uma atuação forte do Estado no sentido de criar incentivos para os investimentos privados, mas, também, para controlar os entraves sociais e políticos, potencialmente “prejudiciais” à lógica de valorização do capital. Mas havia a compreensão, também, de que as empresas privadas deveriam promover um processo de reestruturação produtiva visando criar melhores e maiores condições de competitividade no contexto da reestruturação do capitalismo.

Tal perspectiva, inclusive, orientou as ações das diretorias do sistema FIERGS/CIERGS ao longo da década de 1990. Durante o período em que o industrial Dagoberto Lima Godoy ocupou sua presidência, por exemplo, a entidade passou a ser referida como um “agente de mudança”, capaz de adotar “atitudes estratégicas” em duas direções principais: a representação política em defesa dos interesses da “indústria gaúcha” e a qualificação das empresas gaúchas para a competitividade num “mercado globalizado” (FIERGS, 1999a; FIERGS, 1999b).

Em 1998, o documento elaborado visando mobilizar a burguesia industrial para as eleições estaduais refletia a preocupação da FIERGS com a competitividade da economia gaúcha, amadurecida ao longo da década de 1990. Naquele documento, ficava clara a compreensão de que, frente às transformações da economia mundial, “a excelência e a competitividade” tornaram-se “moeda de troca da globalização”. Decorria daí a compreensão da necessidade de uma agenda de desenvolvimento capaz de inserir a economia gaúcha, de forma competitiva, no processo de reestruturação do capitalismo em nível mundial.

E, naquela discussão, uma novidade no ideário político da burguesia industrial no Rio Grande do Sul era a compreensão de que a competitividade econômica seria alcançada com uma *atitude competitiva das empresas*. Isso não significa que em outros períodos essa questão não preocupava as lideranças da burguesia industrial. O que merece destaque é que, diferentemente de outras épocas, ao longo da década de 1990 suas lideranças verbalizaram, de forma mais clara e mais incisiva, a compreensão de que, “nos novos tempos” (marcados pela “globalização econômica”), ou as empresas se adaptariam a um “paradigma competitivo” ou, então, estariam “condenadas ao desaparecimento”.

Esta é uma visão diferente daquela encontrada no final da década de 1980 e início da década de 1990, quando se discutia a abertura comercial por intermédio do MERCOSUL. Naquele período era predominante entre a burguesia industrial gaúcha um discurso defensivo, que se acobertava numa visão de Estado paternalista, capaz de criar barreiras de proteção às empresas locais. Durante a década de 1990, no entanto, a exemplo da manifestação do então presidente da FIERGS, diferentes vozes da indústria gaúcha passaram a indicar a necessidade de uma adaptação das indústrias ao “paradigma da competição”. Uma adaptação que implicava um processo de reestruturação produtiva nas empresas, através da implantação de novas tecnologias e de novas técnicas de gestão do trabalho e da produção, através da adoção de novos

modelos de regulação das relações entre capital e trabalho, através de rearranjos nas relações entre as próprias empresas (a referência do presidente da FIERGS às “redes” empresariais é ilustrativa), através de novas formas de atuação no mercado.

No entanto, o foco central na mobilização da burguesia industrial nas eleições estaduais de 1998 não era a iniciativa privada. Embora fosse considerada a importância dos “fatores internos de espírito empreendedor, capital, capacidade gerencial, tecnologia e produtividade” num mercado que se tornava cada vez mais competitivo, predominava a visão segundo a qual “as empresas não são elementos isolados” e, nesse sentido, existem “fatores externos” que “se consubstanciam na estabilidade das regras do jogo; na infraestrutura eficiente; na educação; na segurança; na pesquisa acadêmica; na evolução do cidadão e da qualidade de vida”. *O foco principal do discurso da burguesia industrial era, nesse sentido, o Estado e, no caso específico das eleições estaduais, o Estado em sua esfera subnacional de atuação.*

Durante a década de 1980 e início dos anos noventa, o discurso político da burguesia industrial acerca do papel do Estado esteve “poluído” por um forte viés mistificador, definido ainda num momento de adesão ao ideário neoliberal, do qual resultava a percepção de que a ação estatal, por natureza, tende a ser prejudicial à iniciativa privada e que, portanto, o Estado “não deve exercer funções de planejamento central, de procuração econômica e de intervencionismos”. Somente nas entrelinhas do discurso era possível identificar a dependência e, mesmo, o atrelamento ao Estado presente no comportamento político da burguesia industrial.

No final dos anos noventa, no entanto, o discurso político das lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul definia com maior clareza o papel do Estado. O Estado, dentro da perspectiva político-ideológica da burguesia industrial, deveria colocar-se como parceiro da iniciativa privada, não criando empecilhos para os investimentos privados, retirando-se daquelas funções que comprometiam a competitividade das empresas privadas, protegendo-as quando necessário, promovendo o desenvolvimento de condições infraestruturais, tecnológicas, organizacionais e institucionais favoráveis ao desenvolvimento da competitividade empresarial.

Implicada nessa concepção de Estado encontrava-se, em primeiro lugar, a ideia de que as ações estatais deveriam ser racionalizadas a partir de critérios mercadológicos de qualidade e de produtividade. É nesse sentido que o documento de 1998 sugeria a utilização de uma série de indicadores de avaliação da qualidade e da produtividade dos serviços públicos, bem como a adoção de programas de qualidade que pudessem

aperfeiçoá-los. Revelava-se, nesse sentido, uma crítica, de longa data, da burguesia industrial ao Estado, acusado de ineficiência, inoperância e onerosidade. Para que sua “capacidade de investimento” pudesse ser recuperada, mas, também, para que condições mais favoráveis para a diminuição da “sangria dos recursos da sociedade” (diminuição da carga tributária) fossem criadas, necessário se fazia que o Estado gastasse menos e melhor seus recursos.

Note-se que, na concepção de Estado defendida pela burguesia industrial, não se exigia o abandono de funções sociais historicamente atribuídas a ele: educação, saúde, segurança, habitação e saneamento. No entanto, havia cobrança para que as ações estatais nessas áreas fossem seletivas, racionalizadas a partir de critérios mercadológicos e divididas entre as esferas federal, estadual e municipal da administração pública e, mesmo, com a iniciativa privada.

Assim, quando o documento de 1998 abordava a questão da *educação*, por exemplo, sugeria: a adoção de “ferramentas da Q&P na gestão da educação”; a adoção de avaliações de desempenho como critério para concessões de promoções e gratificações para o magistério público; a inovação na “administração do ensino”, através da “combinação de recursos públicos com gestão privada”; a parceria com entidades vinculadas à iniciativa privada (como, por exemplo, o SENAI) para a definição de programas de ensino que estivessem comprometidos com a formação de profissionais sintonizados com as exigências e expectativas do mercado capitalista de trabalho (FIERGS, 1998, p. 35). No caso da *saúde*, o documento cobrava programas de melhoria no atendimento (lançando o desafio de se chegar, dentro de 20 anos, em indicadores de saúde semelhantes aos apresentados por países do “primeiro mundo”); uma clara definição de atribuições entre o governo federal, estados e municípios e a atuação do sistema estadual através de centros de referência hospitalar localizados em polos regionais (FIERGS, 1998, p. 35). Na *habitação e no saneamento*, o documento propunha a “transferência integral dos programas de habitação popular para os municípios” e a privatização ou municipalização dos serviços de abastecimento da água e saneamento (FIERGS, 1998, p. 36). Na *segurança*, o documento sugeria a “adoção da meta ‘tolerância zero’ em termos de criminalidade no Estado” e de uma cultura de resultados (FIERGS, 1998, p. 36).

Se havia restrições nas ações estatais nas áreas sociais, o mesmo não ocorria quando o discurso político da burguesia industrial atribuía ao Estado tarefas relacionadas ao fomento do desenvolvimento econômico. Ao Estado (e, enfatize-se

novamente, o Estado em sua esfera subnacional de atuação), nesse sentido, cobrava-se uma participação ativa na atração e no apoio aos investimentos privados (nacionais e estrangeiros), na proteção ao capital local e no desenvolvimento da base produtiva local.

Na perspectiva política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, à esfera subnacional do Estado cabia uma ação firme no sentido de *atrair e apoiar investimentos privados*, o que poderia ser desenvolvida, segundo o documento de 1998, através de três frentes principais: 1 – uma política industrial; 2 – uma política fiscal e tributária; 3 – uma política social.

No que diz respeito à política industrial, o documento de 1998, em sua proposta número 16, fala na criação de um fundo de investimentos para empresas emergentes. Propõe, nesse sentido:

A instituição de um fundo voltado a capitalização de empresas promissoras localizadas em setores dinâmicos cujos produtos apresentam ‘reputação’, ou seja, características de agregação de mão-de-obra qualificada, conteúdo tecnológico e ‘design’. Esta iniciativa conjunta do Governo Estadual, CRP, agências de fomento e fundos de pensão estaduais seria importante para fomentar o desenvolvimento de empresas que atuam em nichos de mercado e que representam especialidades ou vocações características da economia gaúcha [...] (FIERGS, 1998, p. 33).

Se nessa passagem fica clara a intenção de ver o Estado subnacional investindo na criação de condições de competitividade mais favoráveis para empresas estratégicas ao desenvolvimento da economia gaúcha, em outra proposta cobrava-se, como política industrial, a ampliação do FUNDOPEM/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul) como estratégia de incentivo a novos investimentos (FIERGS, 1998, p. 34).

Reafirmava-se, assim, aquilo que já vinha norteando as relações entre a burguesia industrial e o governo Britto: a necessidade do Estado subnacional ter políticas claras de atração ao capital, tanto nacional quanto estrangeiro, mas, principalmente, em áreas prioritárias, capazes de alavancar o desenvolvimento de outros setores da economia.

Quanto à política fiscal e tributária, o documento de 1998 deixa clara a visão segundo a qual a tributação deve ser vista como um instrumento de incentivo e de atração do capital. É nesse sentido que, na proposta 04, o documento assim se refere: “considerar as alíquotas do ICMS como instrumento (de longo prazo) da política industrial estadual e não como expedientes para resolver problemas de caixa do Estado” (FIERGS, 1998, p. 31). A questão é que a política fiscal e tributária era colocada, desde

o final dos 1980, como um empecilho para novos investimentos. E, nesse sentido, a reforma tributária esteve presente, ao longo dos anos noventa, na agenda política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul, como uma das metas principais de suas lutas junto ao Estado brasileiro. Não é demais observar, também, que a burguesia industrial apoiou a política de atração ao capital estrangeiro adotada pelo governo Britto, centrada nos subsídios e renúncias fiscais (Cadoná, 2009).

Ao Estado subnacional cobrava-se, também, ações de *proteção ao capital local*, especialmente quando este enfrenta a concorrência resultante de condições diferenciadas (criadas pela própria intervenção estatal) em espaços de sua atuação econômica. A proposta 05, referente à política fiscal, do documento de 1998 é clara:

Instrumento de Equalização da Competitividade: compromisso do Governo Estadual no sentido de efetuar a imediata aplicação do Art. 58 da Lei 8.820 toda vez que um setor econômico gaúcho demonstrar estar sofrendo prejuízos em decorrência de concessão de incentivos de natureza tributária ou creditícia a empresas ou setores produtivos localizados em outras unidades da Federação (FIERGS, 1998, p. 31).

Com maior ênfase, no entanto, o documento de 1998 cobrava da ação estatal participação ativa na criação de condições favoráveis ao desenvolvimento da base produtiva local. Essa questão perpassava praticamente todas as áreas temáticas abordadas pelo documento: - política fiscal; - política industrial; - desenvolvimento regional; - programas sociais; - desenvolvimento tecnológico; - meio ambiente. Nas propostas sobre política fiscal, sugeria-se uma compatibilização da carga tributária “com a preservação da competitividade sistêmica da economia gaúcha nos planos nacional e internacional” (FIERGS, 1998, p. 31). Nas propostas sobre política industrial, o documento sugeria que o Estado subnacional mantivesse “um processo de crescimento autossustentado” e utilizasse as políticas públicas para “a modernização e consolidação dos diferentes setores produtivos da economia gaúcha” (FIERGS, 1998, p. 32). Além disso, eram sugeridas as seguintes propostas: - criação de um “Fórum para o Desenvolvimento RS”, prevendo a criação de uma “agenda estratégica (longo prazo) para o desenvolvimento do Estado”, com previsão de recursos públicos e privados destinados para esse fim; - programas de reestruturação setorial, especialmente em setores da economia mais atingidos com o processo de globalização competitiva; - incentivo aos investimentos em tecnologia; - criação de programas permanentes de formação de recursos humanos, requalificação da mão-de-obra e ‘upgrade’ das instituições de ensino e treinamento dos trabalhadores; - criação de um Centro Gaúcho de Comércio Exterior (FIERGS, 1998, p. 33). No que diz respeito ao desenvolvimento

regional, o documento cobrava uma atuação do governo estadual no sentido de diminuir as disparidades regionais, incentivando o desenvolvimento econômico nas diferentes regiões do Rio Grande do Sul, através investimentos na infraestrutura, na área social, no treinamento de mão-de-obra, no acesso ao crédito, através de programas de incentivo a investimentos e desenvolvimento de empresas (FIERGS, 1998, p. 34). Destaque-se, também, a percepção da burguesia industrial quanto à importância do desenvolvimento tecnológico para o desenvolvimento da economia local; nesse sentido, ao Estado subnacional era cobrado maior atenção a essa área, através de investimentos, incentivo e apoio à pesquisa, criação de instituições comprometidas com esse tipo de desenvolvimento (FIERGS, 1998, p. 37).

Colocava-se, também, como proposta da burguesia industrial para o estado subnacional, a *inserção competitiva do Rio Grande do Sul na disputa pelos investimentos nacionais e internacionais*. É importante notar que a burguesia industrial sempre foi favorável a políticas de atração do capital estrangeiro; na segunda metade da década de 1990, o interesse de um conjunto de empresas multinacionais em investir no Brasil, em especial a indústria automobilística, colocou a burguesia industrial no Rio Grande do Sul na ofensiva, cobrando uma postura ativa governo gaúcho no sentido de atrair essas empresas. Note-se que a indústria automobilística tinha uma importância estratégica para o setor de autopeças, um importante setor da economia gaúcha naquele período. Perceba-se, igualmente, que uma das estratégias dos grandes investimentos internacionais durante a década de 1990, para definirem onde colocariam suas unidades produtivas, foi estabelecer uma espécie de leilão entre estados nacionais e, dentro de um mesmo território, entre as unidades federativas. No caso brasileiro, essa situação criou uma verdadeira guerra fiscal entre governos estaduais. A FIERGS, desde o início da década de 1990, tinha estudos que afirmavam que uma estratégia eficaz para atrair investimentos estrangeiros era ter ofertas “imbatíveis”. Nesse sentido, sua orientação foi, desde sempre, no sentido de pressionar o Estado subnacional para que se habilitasse à guerra fiscal provocada pelos investimentos estrangeiros.

Por fim, dentro do projeto defendido pela burguesia industrial colocava-se a *questão social*. Já referido anteriormente, o documento elaborado visando as eleições estaduais de 1998 contemplava preocupações da fração industrial com a educação, a saúde pública, habitação e saneamento e segurança pública. Suas propostas expressavam concepções acerca da importância da questão social e do papel que o Estado e a sociedade têm nessa área.

No final da década de 1990, nesse sentido, diferentes manifestações indicavam que uma determinada questão social era, também, importante para o desenvolvimento da economia num momento de fluxos de capitais e de “globalização econômica”. Isso significa que se desenvolvia a visão entre lideranças da burguesia industrial segundo a qual determinada precariedade socioeconômica contribui para que a economia local (estadual ou, mesmo, nacional) enfrente maiores dificuldades num mundo cada vez mais globalizado e competitivo. Dessa forma, ficava claro que algumas questões sociais, cujos problemas deveriam ser enfrentados através da parceria entre Estado e iniciativa privada, eram consideradas importantes para a competitividade da economia local num contexto de mundialização do capital; não somente porque se colocavam como elementos de atração de novos investimentos, mas, também, porque poderiam criar melhores condições de competitividade das empresas locais no mercado globalizado.

Considerações finais:

Como foi indicado ainda no início deste artigo, o registro dos posicionamentos políticos da burguesia industrial no Rio Grande do Sul em relação às eleições estaduais de 1998 permite a análise de duas questões importantes e vinculadas à atuação política desse segmento estadual da burguesia industrial no Brasil: sua capacidade de atuação enquanto força social e coletivamente organizada e sua mobilização em favor de uma agenda de desenvolvimento subnacional para o Rio Grande do Sul.

Quanto à primeira questão, é importante destacar que, na bibliografia que analisa a atuação política dessa fração da burguesia no Brasil a partir da década de 1980, esse é um ponto de discordância. Para alguns pesquisadores, já a partir daquela década a burguesia industrial demonstrou grande capacidade em atuar como força social e coletivamente organizada, liderada por entidades de representação que demonstraram habilidade política para viabilizar uma ação conjunta em torno de objetivos comuns (Dreifuss, 1986; Mancuso, Oliveira, 2006; Cadoná, 2009); para outros pesquisadores, no entanto, a atuação política da burguesia industrial a partir daquela década tem se caracterizado pela “fragmentação excessiva”, o que, agravado pela inexistência de associações empresariais de maior abrangência e capazes de organizar a ação coletiva, inviabiliza uma ação conjunta em torno de objetivos comuns (Diniz & Boschi, 2004; Diniz & Pereira, 2008).

Nesse sentido, a análise das mobilizações da burguesia industrial no Rio Grande do Sul durante as eleições estaduais de 1998 serve de “pano de fundo” para uma reflexão acerca da capacidade que algumas “instituições tradicionais” de representação dos interesses da indústria no Brasil demonstram ter ao se colocarem como “elite orgânica” da burguesia industrial, constituindo-se como agentes coletivos com capacidade de “visualizar objetivos globais” (e capazes de aglutinar os interesses dos diferentes setores e segmentos que compõem a estrutura industrial no País) e de “operacionalizar a condução das ações requeridas em todos os campos para alcançar suas metas” (Dreifuss, 1986, p. 23).

Em relação à segunda questão, é importante destacar que a durante a década de 1990, ficou cada vez mais claro para as lideranças da burguesia industrial no Rio Grande do Sul que, diante da mundialização do capital, mas, também, da reorientação neoliberal do Estado brasileiro, havia a necessidade de uma intervenção política mais incisiva na esfera subnacional, objetivando criar condições mais favoráveis à dinâmica do capital já localizado no território estadual e, principalmente, visando atrair novos investimentos produtivos, diversificando a estrutura industrial e fomentando uma nova dinâmica de desenvolvimento econômico no território gaúcho.

Evidentemente, a preocupação com a questão subnacional não era novidade nos posicionamentos políticos da burguesia industrial durante a década de 1990. Pelo menos desde a década de 1950, numa perspectiva de “descentralização” da dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no País, diferentes “burguesias estaduais” instrumentalizaram seus governos subnacionais visando criar condições mais favoráveis de integração de seus respectivos territórios naquela dinâmica de desenvolvimento. No Rio Grande do Sul, durante a década de 1970, a instalação de um polo petroquímico (Polo Petroquímico de Triunfo) se colocou naquele contexto de pressão da burguesia gaúcha para uma maior participação nos investimentos do governo militar e para um posicionamento mais favorável do estado gaúcho na dinâmica do capitalismo nacional. Durante a década de 1980, a preocupação com o desenvolvimento estadual também esteve presente nas mobilizações da burguesia industrial no Rio Grande do Sul. No final daquela década, inclusive, aquela preocupação levou a FIERGS à elaboração de um documento (que ficou conhecido como “Relatório Sayad”), através do qual fez um diagnóstico do setor público estadual, recomendando sua reestruturação (o documento propunha, por exemplo, a transferência da CRT para o sistema TELEBRÁS, a redução na folha de pagamento do funcionalismo público, uma reforma administrativa capaz de

reduzir os gastos públicos), como forma de aumentar sua capacidade de investimento e de apoiar a iniciativa privada situada no território gaúcho (FIERGS, 1988).

É preciso notar, porém, que durante a década de 1990 a preocupação com a questão subnacional ganhou novos significados. Em primeiro lugar, tornou-se uma preocupação situada num novo contexto de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. A partir de então, a abertura da economia, a reestruturação neoliberal do Estado, a política de atração de capital internacional, o maior descomprometimento dos governos nacionais com o desenvolvimento regional e a vinculada guerra fiscal promovida por diferentes governos estaduais ressaltou a importância de uma intervenção mais ativa na esfera subnacional. Mas, além disso, o contexto político sul-rio-grandense, principalmente a partir de 1994, passou a ter um componente novo. Pela primeira vez, um conjunto de forças sociais e políticas vinculadas à classe trabalhadora no estado, que desde o processo de “abertura democrática” vinham confrontando-se diretamente com os interesses da burguesia no País, conquistaram um espaço político com grande possibilidade de colocá-las à frente do executivo estadual.

Nesse sentido, a partir de então no Rio Grande do Sul, como assinalam Schmidt e Herrlein Jr.(2002), dois projetos de desenvolvimento polarizaram a dinâmica política sul-rio-grandense: por um lado, o projeto de desenvolvimento executado pelo governador Antônio Britto (1994 - 1998) e, por outro lado, o projeto de desenvolvimento executado pelo governador Olívio Dutra (1999 - 2002).

O projeto desenvolvido pelo governo Britto partiu de um “diagnóstico negativo” da economia gaúcha, a partir do qual vinculava uma “paulatina desestruturação” da mesma, por um lado, com a crise de sua vocação agrícola (decorrente, primeiro, do esgotamento da fronteira agrícola; segundo, pela competição desigual com os países vizinhos e pertencentes ao tratado do MERCOSUL, em especial o Uruguai e a Argentina), e, por outro lado, com as dificuldades de expansão na área industrial no contexto da “globalização da economia”, dado o perfil industrial gaúcho fortemente identificado com setores industriais tradicionais, com origem na produção familiar, “sem capital e tecnologia suficientes para enfrentar os desafios da concorrência internacional” (Schmidt, Herrlein Jr., 2002, p. 272).

Em função daquele diagnóstico, o projeto adotado pelo governo Britto considerou o processo de desenvolvimento como “exogenamente determinado” (Schmidt, Herrlein Jr., 2002, p. 273), dependente das ações de agentes externos, ainda que com uma ação ativa do Estado subnacional na preparação de condições favoráveis

de infraestrutura e na atração de investimentos (Schmidt, Herrlein Jr., 2002, p. 273). Daí a importância que o Estado subnacional assumiu enquanto Antônio Britto esteve no governo na atração dos investimentos estrangeiros (através da política de incentivos e de renúncias fiscais às montadoras de automóveis, por exemplo) e, também, num esforço pretendido de “modernizar” a infraestrutura estadual (onde a privatização de determinadas empresas estatais e a concessão de serviços públicos para a iniciativa privada colocaram-se como estratégicas).

O projeto desenvolvido pelo governo Dutra, por outro lado, desde sempre pretendeu resistir à lógica da mundialização do capital (a renegociação das bases contratuais estabelecidas entre o governo gaúcho e as montadoras de automóveis é ilustrativa). Além disso, procurou afirmar compromissos com a base produtiva tradicional no Rio Grande do Sul (pequenas e médias indústrias, pequena propriedade agrícola), com o estímulo ao desenvolvimento dos elos mais fracos das cadeias produtivas já situadas em território gaúcho, com a formação de redes de comercialização, compra de insumos e com o desenvolvimento tecnológico voltado aos setores pequenos e médios (Schmidt, Herrlein Jr., 2002).

Portanto, durante a década de 1990 uma nova conjuntura política e econômica, com alto grau de polarização político-ideológica no espaço sul-rio-grandense, impulsionou a ação classista da burguesia industrial e sua preocupação com o desenvolvimento subnacional. Naquele contexto histórico, como o documento elaborado pela FIERGS visando às eleições de 1998 permite perceber, a burguesia industrial comprometeu-se com uma agenda de desenvolvimento que defendeu uma *associação subordinada* do Estado subnacional à dinâmica de mundialização do capital.

Referências:

CADONÁ, Marco A. 2009. *A inserção neoliberal: burguesia industrial e a inserção econômica do Rio Grande do Sul no processo de reestruturação do capitalismo no Brasil durante os anos 1990*. Florianópolis: UFSC – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. (Tese de Doutorado em Sociologia Política).

DINIZ, Eli 1992. Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 31-46.

_____; BOSCHI, Renato 2004. *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG.

_____; PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Depois do consenso neoliberal, o retorno dos empresários industriais? [online]. Disponível em:

<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.03.Empres%C3%A1riosEliDinizBresserPereira.9Outubro07.pdf> [Acesso em: 25 jan. 2014].

DREIFUSS, René 1986. *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918 – 1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.

FIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul) 1999a. *A reindustrialização do Rio Grande do Sul; a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS 1993 - 1999. Ações & Ideias I*. Texto de Sérgio Bueno. Porto Alegre: FIERGS.

_____. 1999b. *A reindustrialização do Rio Grande do Sul; a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS 1993 - 1999. Ações & Ideias II*. Textos de Dagoberto Lima Godoy. Porto Alegre: FIERGS.

_____. 1998. *A rearquitetura do Rio Grande do Sul - garantindo o futuro*. Porto Alegre: FIERGS.

_____. 1992. *Termos de Referência sobre setores da economia do Rio Grande do Sul face ao processo de integração*. Porto Alegre: FIERGS.

_____. 1994. *Projeto FIERGS/Novo governo do RGS*. Porto Alegre: FIERGS.

GAZETA MERCANTIL, São Paulo, 20 ago. 1993, 11 nov. 1993, 07 out. 1993.

GROS, Denise B 1998. Os industriais gaúchos e a constituinte: uma reflexão acerca do 'Movimento pela Liberdade Empresarial', *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 130-146.

MANCUSO, Wagner P., OLIVEIRA, Amâncio J. 2006. Abertura econômica, empresariado e política: os planos doméstico e internacional. *Lua Nova*, São Paulo, v. 69, p. 147-172.

SCHMIDT, Carlos, HERRLEIN JR., Ronaldo 2002. Notas sobre o desenvolvimento do Rio Grande do Sul: trajetória histórica e os projetos contemporâneos. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 255-284.